



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR
ESTE CADERNO DE QUESTÕES

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar a folha de resposta.
2. **O candidato deverá assinar na folha de resposta o seu nome no local indicado, bem como transcrever a frase a seguir, sob pena de eliminação no processo seletivo.**

Pedofilia é crime, denuncie.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.
4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.
5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.
6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.
7. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.
8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu folha de resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.
9. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com a folha de respostas tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra na folha de resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica da folha de resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.
12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.
13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I A novilíngua do crime



Por meio do uso ideológico de termos inapropriados, ou francamente mentirosos, a língua portuguesa foi colocada a serviço do crime

Roberto Motta

Nunca diga “violência” quando a palavra correta for “crime”. É fácil entender a diferença: “crime” é um termo objetivo, que descreve um ato específico. Um crime fere o direito de outra pessoa, ou até a própria pessoa. “Violência” é um termo vago, cujo significado depende do contexto. A violência pode ser negativa (quando é usada, por exemplo, para cometer um crime) ou positiva (quando é usada para proteger um inocente indefeso ou impedir que um crime violento seja cometido). O problema do Brasil não é a violência. O problema do Brasil é uma infestação por crime.

Palavras importam. Não use a expressão “segurança pública” quando você quis dizer “combate ao crime”. São coisas diferentes. O país está cheio de “especialistas” que acreditam que é possível melhorar a segurança pública com rodas de conversa, aulas de artesanato e educação em tempo integral. Nenhuma dessas louváveis iniciativas ajuda a reduzir assaltos ou a identificar autores de homicídios. Para tornar o Brasil um país menos perigoso é preciso combater o crime. Não se combate o crime com conversas, artesanato ou escolas. Crime se combate com polícia, prisões e leis duras.

Nunca use o termo “letalidade policial” a menos que você também use a expressão “letalidade judicial”. Se é importante monitorar o número de pessoas mortas em confronto com a polícia – lembrando que ninguém deveria confrontar um policial e que, em nenhum país do mundo, os criminosos são tão ousados e armados como no Brasil –, também é importante contar quantas pessoas foram mortas como resultado de decisões judiciais equivocadas ou da aplicação de uma legislação abertamente pró-bandido.

Nunca chame de “suspeito” um indivíduo que foi filmado assaltando alguém. Não precisamos esperar por uma sentença judicial para descrever a realidade diante de nós. Quem chama de “suspeito” um criminoso flagrado colocando uma arma na cabeça de uma vítima não pode chamar de “assassino” um policial envolvido em um confronto que resultou em mortes. São dois pesos, duas medidas e, pelo menos, uma mentira.

Não use o termo “ressocialização” que não passa de uma fantasia ideológica. Prefira “reabilitação”: trata-se de um processo individual de mudança que tem como requisitos básicos o arrependimento e a decisão de mudar de vida. Rejeite termos como “progressão de regime” (não há progresso envolvido em aliviar a pena de criminosos perigosos), “auxílio-reclusão” (o nome correto é “bolsa-penitenciário”, um absurdo moral e um estímulo inaceitável ao crime) e “garantismo penal” (uma doutrina jurídico-ideológica para a qual só existem os direitos do criminoso, cujo nome correto é “bandiolatria”). Jamais use “reeducando”, “interno”, “apenado” ou “pessoa privada de liberdade” para se referir a criminosos violentos e perigosos cuja condenação custou sangue e dinheiro à sociedade. Eles são “presidiários” ou “detentos”. Jamais se refira a eles apenas como “presos” – use o termo completo: eles são “criminosos condenados” que, por isso, “estão” presos. Recuse-se a chamar de “adolescente em conflito com a lei” um indivíduo quase adulto que, tendo plena consciência do que faz, comete atos brutais – assaltos, homicídios ou estupros. Recuse-se a chamar esses crimes de “atos infracionais”.

Crime é uma escolha feita pelo criminoso. A luta contra o crime começa pela escolha das palavras. A linguagem tem poder. Uma palavra pode ter mais força que uma arma ou uma sentença. Palavras se infiltram em mentes e almas, alteram posições morais, confundem causas com consequências e

constroem ou destroem convicções. Por meio de uso ideológico de termos inapropriados, ou francamente mentirosos, a língua portuguesa foi colocada a serviço do crime. A manipulação sem tréguas da linguagem pela mídia, de forma repetitiva, cegou e emburreceu boa parte do jornalismo e da audiência, bem como retirou da vítima a capacidade de descrever seu próprio sofrimento e o direito de articular sua indignação.

A novilíngua da “segurança pública” mata no nascedouro qualquer medida, por mais óbvia, necessária e sensata que seja, que possa prejudicar o ecossistema do crime. Nada pode ser feito porque “cadeia não ressocializa”, porque precisamos de “mais escolas e menos prisões”, porque “as penitenciárias estão cheias de incentes presos por fumar um baseado”, porque o combate às drogas é “uma guerra perdida” e porque “a polícia brasileira é a que mais mata e mais morre”. Essas expressões são construções ideológicas importadas por ONGs financiadas em dólar, afirmações sem qualquer base na realidade, *slogans* publicitários do crime.

O primeiro passo para sair do atoleiro moral é repudiar essas falácias, cujo objetivo é retirar a culpa do criminoso e distribuí-la entre as vítimas. O primeiro passo no combate ao crime é resgatar a linguagem.

<https://revistaeste.com/revista/edicao/-250/a-novilingua-do-crime/> Adaptado..

01. A partir da leitura do texto, pode-se inferir corretamente que para o autor:

- É necessário que a Língua Portuguesa subverta expressões a fim de amenizar legalmente as ações antissociais dos infratores.
- Há a necessidade de que a Linguagem cumpra seu objetivo social de valorizar a figura humana, mesmo diante de atitudes negativas.
- A percepção jurídica sempre estará acima do uso de qualquer palavra, pois ignora a relevância linguística para a aplicação da lei.
- “Violência” é um conceito que deve estar acima do de “Crime”, pois existe a necessidade de relativização das ações humanas negativas para o estabelecimento do bem comum.
- Muitas expressões, segundo um padrão jurídico, apesar de figurarem como politicamente corretas, devem ser refutadas pelos cidadãos.

02. Leia as afirmações abaixo e avalie o que se pede na sequência.

- A linguagem é usada muitas vezes para deturpar a realidade ao dissimular as ações nocivas cometidas por criminosos.
- É prescindível o uso das palavras para o estabelecimento do que judicial e socialmente deva ser compreendido como correto ou não quanto aos atos considerados criminosos para o autor.
- A subversão linguística por parte da mídia influenciou jornalistas e a audiência de forma negativa, ratificando a inversão de valores citada pelo autor.
- O alvo da argumentação autoral é o que se chama de “novilíngua da segurança pública”, a qual prejudica qualquer atitude lógica de enfrentamento da contravenção, já que esta se ampara na permissividade verbal presente no arcabouço jurídico.

De acordo com as ideias expostas no texto, considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, tem-se respectivamente.

- V – V – V – V.
- F – F – V – V.
- V – F – V – V.
- F – V – F – F.
- V – F – V – F.

03. Sobre alguns elementos constitutivos do texto os quais auxiliam na edificação do seu entendimento amplo, avalie o que se diz abaixo.

- No primeiro parágrafo, em “Nunca diga ‘violência’ quando a palavra correta for ‘crime’.”, o autor se valeu de uma ironia para transmitir sua indignação quanto ao tema.

- () No primeiro parágrafo, o autor utiliza o termo “violência” como Eufemismo para a crítica feita.
- () No segundo parágrafo, o termo “especialistas” foi utilizado de maneira literal a fim de inserir um Argumento de autoridade ao assunto que critica.
- () No terceiro parágrafo, o autor não exime de responsabilidade, em meio à comparação feita com a ação policial, as decisões judiciais diante da elevada taxa de letalidade do país.

De acordo com as ideias expostas no texto, considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, tem-se respectivamente.

- a) F – V – V – V.
b) F – V – F – V.
c) V – F – F – F.
d) V – V – F – V.
e) F – F – F – V.

04. “[...] também é importante contar quantas pessoas foram mortas como resultado de decisões judiciais equivocadas ou da aplicação de uma legislação abertamente pró-bandido”. **Sobre o processo de Formação de palavra do vocábulo destacado é correto afirmar que:**

- a) Foi formada por composição por justaposição com hífen obrigatório e tem por base semântica na primeira parte “ser a favor de”.
- b) Foi formada por composição por aglutinação com hífen obrigatório, tendo como sentido em relação a “pró” “ser cúmplice de”.
- c) Foi formada por composição por justaposição com hífen facultativo, tendo como sentido na sua primeira parte “ser favorável”.
- d) Possui um prefixo que exige o uso do hífen e tem por sentido “ser favorável” em relação ao radical da parte seguinte.
- e) Possui prefixo cujo hífen se mostra facultativo, tendo a primeira parte o valor semântico de “ser cúmplice”.

05. Sobre o texto em destaque, podem-se considerar válidas todas as afirmações a seguir, EXCETO:

- a) O texto possui evidência tipológica desprovida de caráter subjetivo, o que o caracteriza como expositivo.
- b) O texto possui marcas de pessoalidade que o caracterizam como de natureza subjetiva.
- c) O texto é pertencente à tipologia dissertativa-argumentativa.
- d) O texto pertence ao gênero “Artigo de Opinião”.
- e) Apesar do seu caráter fundamentalmente argumentativo, o autor interage com o leitor a partir de marcas próprias de Injunção.

06. Assinale a alternativa cuja reescrita seguinte de um fragmento do texto tenha mantido a correção gramatical o sentido primário.

- a) Crime se combate com polícia, prisões e leis duras. / Crime não se combate com leis brandas, mas sim com polícia, prisões e rigidez jurídica.
- b) Nunca use o termo “letalidade policial...”. / Nunca use o termo “legalidade policial...”.
- c) Um crime fere o direito de outra pessoa... / Um crime referenda o direito de outra pessoa.
- d) Nenhuma dessas louváveis iniciativas ajuda a reduzir assaltos ou a identificar autores de homicídios. / Nenhuma dessas imperiosas iniciativas ajudam a reduzir assaltos ou a identificarem autores de homicídios.
- e) Uma palavra pode ter mais força que uma arma ou uma sentença. / As palavras podem ter mais sagacidade que as armas ou as sentenças.

07. “Crime é uma escolha feita pelo criminoso. A luta contra o crime começa pela escolha das palavras. A linguagem tem poder. Uma palavra pode ter mais força que uma arma ou uma sentença. Palavras se infiltram em mentes e almas, alteram posições morais, confundem causas com consequências e constroem ou destroem convicções. Por meio de uso ideológico de termos inapropriados, ou francamente mentirosos, a língua

portuguesa foi colocada a serviço do crime. A manipulação sem tréguas da linguagem pela mídia, de forma repetitiva, cegou e emburreceu boa parte do jornalismo e da audiência, bem como retirou da vítima a capacidade de descrever seu próprio sofrimento e o direito de articular sua indignação”. **Assinale a alternativa que apresenta uma elaboração de reescrita de um fragmento do parágrafo acima de forma incorreta quanto às regras normativas de Concordância da Língua Portuguesa.**

- a) Crime é uma escolha feita pelos criminosos.
- b) Uma palavra pode ter mais força que quaisquer armas ou sentenças.
- c) A palavra se infiltra em mentes e almas, altera posições morais, confunde causas com consequências e constrói ou destrói convicções.
- d) Por meio de uso ideológico de termos inapropriados, ou francamente mentirosos, colocou-se a língua portuguesa a serviço do crime.
- e) A manipulação sem tréguas das linguagens pelas mídias, de forma repetitiva, cegaram e emburreceram boa parte do jornalismo e da audiência...

08. A expressão em destaque foi devidamente classificada entre parênteses em todas as alternativas, EXCETO em:

- a) ... “crime” é um termo objetivo, que descreve um ato específico. (pronome relativo).
- b) Não se combate o crime com conversas, artesanato ou escolas. (pronome reflexivo).
- c) O país está cheio de “especialistas” que acreditam que é possível melhorar a segurança pública com rodas de conversa... (conjunção integrante).
- d) Se é importante monitorar o número de pessoas mortas em confronto com a polícia [...], também é importante contar quantas pessoas foram mortas como resultado de decisões judiciais equivocadas... (conjunção subordinativa condicional).
- e) Prefira “reabilitação”: trata-se de um processo individual de mudança que tem como requisitos básicos o arrependimento e a decisão de mudar de vida. (índice de indeterminação do sujeito).

09. Leia o fragmento abaixo e analise depois a afirmação abaixo a fim de completar os espaços solicitados.

Nenhuma dessas louváveis iniciativas refere-se redução de assaltos ou identificação dos autores dos homicídios.

O fragmento acima foi adaptado de um trecho retirado do texto. Pode-se afirmar que seus espaços seriam preenchidos pelas expressões ___ e ___, pois isso se justifica pela regra de _____.

Assinale:

- a) a – à – Regência nominal
b) a – a – Regência verbal
c) à – a – Regência nominal
d) à – à – Regência verbal
e) à – à – Regência nominal

10. Um fragmento do segundo parágrafo que foi reescrito respeitando-se as regras gramaticais de Pontuação está presente em:

- a) Não use a expressão: “segurança pública” quando você quis dizer, “combate ao crime”.
- b) O país está cheio de “especialistas” que acreditam, que é possível melhorar a segurança pública.
- c) Para tornar o Brasil um país menos perigoso, é preciso combater o crime.
- d) Não se combate o crime, com conversas, artesanato, ou escolas.
- e) Crime se combate, com polícia, prisões e leis duras.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Uma empresa tem 8 funcionários e precisa formar um comitê com 4 membros. Porém, entre os 8 funcionários, 2

são diretores, e a regra da empresa determina que o comitê deve conter exatamente 1 diretor. De quantas formas diferentes esse comitê pode ser formado?

- a) 30
- b) 35
- c) 40
- d) 45
- e) 50

12. Analise as três sequências a seguir e descubra os próximos elementos. Sequência Numérica: 3, 9, 18, 30, 45, ... ?

Assinale:

- a) 55
- b) 60
- c) 63
- d) 66
- e) 70

13. Em um laboratório, uma equipe de cientistas precisa misturar três soluções químicas para obter um novo composto. As proporções da mistura são:

- Solução A: 2/5 do total
- Solução B: 3/8 do total
- Solução C: o restante da mistura

Se o total da mistura deve ser de 100 ml, quantos ml da Solução C devem ser adicionados para completar a mistura?

- a) 20 ml
- b) 21 ml
- c) 22 ml
- d) 22,5 ml
- e) 23 ml

14. Uma fábrica está projetando um reservatório de água em formato de cilindro com um cone no topo. O cilindro tem altura de 12 m e raio de 6 m, enquanto o cone tem altura de 9 m e o mesmo raio. Qual é o volume total do reservatório, considerando a soma dos volumes do cilindro e do cone?

- a) $(540\pi) m^3$
- b) $(576\pi) m^3$
- c) $(612\pi) m^3$
- d) $(648\pi) m^3$
- e) $(720\pi) m^3$

15. Em uma universidade, a nota final de um estudante em uma disciplina é calculada da seguinte forma:

- A prova teórica tem peso 3 e o estudante obteve 80 pontos.
- A prova prática tem peso 2 e o estudante obteve 90 pontos.
- O trabalho final tem peso 5 e o estudante obteve 75 pontos.

Desta forma:

1. Qual é a média aritmética simples das notas obtidas?
2. Qual é a média ponderada, considerando os respectivos pesos das avaliações?

Assinale:

- a) Média simples: 81,67 / Média ponderada: 78,5
- b) Média simples: 80 / Média ponderada: 79
- c) Média simples: 81,67 / Média ponderada: 79,5
- d) Média simples: 82 / Média ponderada: 80
- e) Média simples: 80,5 / Média ponderada: 79

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

16. Enquanto o Brasil instituiu sua segunda Constituição Federal, a primeira da República, Conceição do Coité que acabara de se emancipar, criava seu primeiro Código de Posturas (também conhecido como Constituição Municipal, atualmente a Lei Orgânica) no ano de:

- a) 1591
- b) 1691
- c) 1791
- d) 1891
- e) 1991

17. As terras que atualmente pertence ao município de Conceição do Coité foram durante vários anos, na verdade, mais de dois séculos, de propriedade:

- a) Antônio Guedes de Brito.
- b) Antônio Manoel Mâncio.
- c) João Benevides.
- d) Juracy Magalhães.
- e) Tomé de Souza.

18. Com base na Lei Orgânica de Conceição do Coité, compete ao município, de forma privativa, de acordo com o art. 14:

- a) Firmar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos.
- b) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- c) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- e) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

19. João está trabalhando em um notebook com sistema operacional Windows 11, versão em português. Em determinado momento, decide utilizar as teclas de atalho para ativar o Botão de Iniciar do Windows, sendo estas:

- a) SHIFT + C
- b) TAB + V
- c) ALT + B
- d) FN + I
- e) CTRL + W

20. Considere a seguinte planilha elaborada no Microsoft Excel:

	A	B	C	D	E	F
1						
2	10/jan	13	6			
3	11/jan	8	8			
4	12/jan	7	12			
5	13/jan	5	4			
6	14/jan	11	7			
7	15/jun	10	15			
8						

Considerando a aplicação de fórmula mostrada, o valor exibido em C8 será:

- a) 27
- b) 13
- c) 106
- d) 34
- e) 8

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993), é princípio fundamental da profissão:

- a) A obediência à hierarquia institucional como prioridade sobre a autonomia profissional.
- b) A neutralidade nas relações sociais, de modo a evitar posicionamentos políticos.
- c) A defesa do sigilo profissional como direito e dever incondicional, mesmo em casos que envolvam risco à vida.
- d) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, fundamentado na ética, na competência técnica e na responsabilidade social.

e) A busca por reconhecimento profissional a partir de interesses corporativos e benefícios individuais.

22. De acordo com a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil, é competência privativa do/a Assistente Social:

- Aplicar medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Desenvolver ações de saúde coletiva junto a equipes multiprofissionais sem necessidade de supervisão.
- Realizar diagnóstico e intervenção no âmbito das políticas sociais, utilizando instrumental técnico-operativo próprio.
- Mediar conflitos jurídicos no âmbito da Defensoria Pública.
- Prestar consultoria a empresas privadas exclusivamente na área de recursos humanos.

23. Sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme disposto nas Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, assinale a alternativa correta:

- O financiamento das ações de saúde é de competência exclusiva da União, cabendo aos estados e municípios apenas a execução dos serviços.
- O SUS é organizado com base nos princípios da centralização administrativa e da hierarquização dos serviços privados conveniados.
- As conferências de saúde possuem caráter deliberativo e são convocadas exclusivamente pela União, a cada dois anos.
- A participação da comunidade na gestão do SUS se dá por meio dos conselhos de saúde, com composição paritária entre governo, prestadores, profissionais e usuários.
- A Lei nº 8.080/1990 estabelece que o SUS pode atuar apenas nas ações de atenção curativa e hospitalar, sendo a promoção da saúde competência da iniciativa privada.

24. Com base nos marcos normativos do SUAS, é correto afirmar que a vulnerabilidade social:

- Corresponde exclusivamente à ausência de renda familiar suficiente para garantir a sobrevivência.
- É um conceito utilizado apenas na Proteção Social Especial para caracterizar situações de violação de direitos.
- Refere-se à exposição de indivíduos ou famílias a riscos decorrentes de desigualdades estruturais, ausência de acesso a direitos e fragilidades nos vínculos sociais.
- Apointa para situações exclusivamente individuais, sem relação com processos sociais e territoriais mais amplos.
- É identificada apenas por meio de laudo técnico pericial, conforme estabelece a NOB-RH/SUAS.

25. O reconhecimento da diversidade étnico-racial é um princípio fundamental na formulação e implementação de políticas sociais públicas. No Brasil, a Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial e outras normativas reforçam a necessidade de ações afirmativas e do enfrentamento às desigualdades históricas. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- As políticas sociais devem garantir atendimento universal, sem considerar pertencimentos étnico-raciais, para evitar práticas discriminatórias.
- O enfrentamento das desigualdades étnico-raciais requer ações específicas e afirmativas que reconheçam os impactos históricos da exclusão e do racismo estrutural.
- A diversidade cultural deve ser tratada como fator secundário no planejamento das políticas públicas, já que a prioridade é a eficiência técnica das ações.
- A implantação de políticas sociais deve ser padronizada nacionalmente, sem necessidade de considerar as especificidades dos povos tradicionais ou comunidades quilombolas.
- O critério de etnia nas políticas públicas só se aplica a programas educacionais, não sendo relevante nas demais áreas sociais.

26. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um serviço da proteção social básica que tem como objetivo principal:

- Oferecer apoio psicossocial a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.
- Proporcionar acolhimento provisório para famílias em situação de rua.
- Executar medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei.
- Realizar abordagem de rua com foco na reinserção de indivíduos ao mercado de trabalho formal.
- Promover a convivência familiar e comunitária, fortalecendo os vínculos e prevenindo situações de risco.

27. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco legal no enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Sobre seus dispositivos e diretrizes, assinale a alternativa correta:

- A Lei Maria da Penha aplica-se exclusivamente aos casos de violência física entre cônjuges, não abrangendo relações homoafetivas.
- A Lei estabelece que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos.
- A aplicação da Lei requer que a mulher registre boletim de ocorrência e comprove judicialmente sua dependência econômica.
- A atuação dos profissionais da assistência social limita-se ao encaminhamento jurídico da vítima, sem envolvimento nos serviços de proteção.
- A responsabilização do agressor depende da retratação da vítima em audiência judicial.

28. No contexto da atuação do/a assistente social na implementação de políticas públicas voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade, é correto afirmar que:

- A intervenção do/a assistente social deve ser exclusivamente individual, sem considerar a articulação com outras políticas públicas ou serviços intersetoriais.
- A atuação do/a assistente social deve ser pautada na escuta qualificada, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e na articulação com serviços de saúde, educação e assistência social, visando à promoção da cidadania e à garantia de direitos.
- O/a assistente social deve atuar apenas na mediação de conflitos, sem se envolver em ações de prevenção ou promoção de direitos.
- A atuação do/a assistente social deve ser restrita ao atendimento emergencial, sem considerar as causas estruturais da vulnerabilidade social.
- O/a assistente social deve atuar exclusivamente em serviços de saúde mental, não sendo sua competência o acompanhamento de outras áreas.

29. A Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, conforme estabelecida pelo Decreto nº 3.298/1999, tem como uma de suas diretrizes:

- A assistência permanente em instituições fechadas, como medida prioritária para garantir proteção integral.
- A promoção da integração social por meio da segregação em ambientes adaptados exclusivamente para pessoas com deficiência.
- A substituição da autonomia da pessoa com deficiência por decisões técnicas de profissionais especializados.
- A garantia de acesso aos bens e serviços coletivos, promovendo a equiparação de oportunidades.
- A obrigatoriedade da institucionalização de pessoas com deficiência em situação de risco social.

30. No exercício profissional do/a assistente social, as estratégias de intervenção com indivíduos, grupos, famílias e redes devem:

- Articular diferentes níveis de intervenção, respeitando a singularidade dos sujeitos e a totalidade de suas expressões sociais.

- b) Priorizar ações individuais, considerando que abordagens grupais comprometem a confidencialidade das informações.
- c) Ser limitadas à proteção social especial, pois envolvem maior complexidade de casos.
- d) Ser direcionadas exclusivamente a famílias referenciadas pelo CRAS, por se tratar da porta de entrada do SUAS.
- e) Adotar como foco central a execução de programas assistenciais pontuais, sem vínculo com o território.

31. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade:

- a) O acesso à profissionalização, à medida que atinjam a maioridade civil.
- b) A punição exemplar em casos de atos infracionais.
- c) O desenvolvimento de sua cidadania plena, conforme critérios da autoridade parental.
- d) A efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- e) A inserção em programas de internação provisória quando em situação de rua.

32. A Seguridade Social, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, é composta por um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sobre os princípios e características da Seguridade Social brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A assistência social e a previdência são políticas contributivas, enquanto a saúde é exclusivamente voltada aos trabalhadores formais.
- b) A saúde, a previdência e a assistência social possuem o mesmo regime de financiamento e exigem contribuição prévia para acesso aos seus benefícios.
- c) A previdência social é universal e incondicional, assim como a saúde e a assistência social.
- d) Apenas a assistência social e a saúde são consideradas políticas públicas no âmbito da Seguridade Social.
- e) A assistência social é prestada independentemente de contribuição, enquanto a previdência é contributiva, e a saúde é direito de todos e dever do Estado.

33. A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Seção II, trata da saúde como direito social fundamental e estabelece princípios e diretrizes para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação.
- b) O Sistema Único de Saúde deve ser financiado com recursos da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme previsto em lei.
- c) A iniciativa privada pode participar do SUS de forma complementar, mediante contrato ou convênio, conforme critérios de relevância pública e aprovação pelo Ministério da Saúde.
- d) A participação da comunidade na gestão do SUS está prevista constitucionalmente como uma diretriz do sistema.
- e) É competência do SUS apenas a execução de ações curativas, estando excluídas as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.

34. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assegura o pagamento de um salário-mínimo mensal a determinados grupos populacionais em situação de vulnerabilidade. Sobre os critérios e requisitos para sua concessão, assinale a alternativa correta:

- a) O Benefício de Prestação Continuada é direito de pessoas com deficiência, de qualquer idade, e de pessoas idosas com 65 anos ou mais, desde que comprovem baixa renda familiar.
- b) O BPC pode ser concedido apenas se a renda familiar per capita for exatamente inferior a 1/4 do salário mínimo, sendo vedada qualquer flexibilização.
- c) A inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é opcional e realizada apenas após a aprovação do benefício.
- d) O BPC pode ser acumulado com pensões e aposentadorias, desde que o total não ultrapasse dois salários mínimos.
- e) A concessão do BPC exige comprovação de contribuição prévia ao INSS e vínculo com o Regime Geral de Previdência Social.

35. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) foi instituído como parte da política pública intersetorial voltada à garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, especialmente os que estão em situação de acolhimento. Com base nas diretrizes desse Plano, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Plano reafirma o direito de toda criança e adolescente de ser criado e educado no seio de sua família, e, excepcionalmente, em família substituta.
- b) A articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura e justiça é uma diretriz central do Plano.
- c) O acolhimento institucional deve ser a primeira alternativa considerada sempre que houver qualquer indício de negligência familiar.
- d) O Plano reconhece a convivência familiar e comunitária como um direito humano fundamental, sendo responsabilidade do Estado, da família e da sociedade sua efetivação.
- e) Uma das metas do Plano é o fortalecimento das redes de apoio às famílias, de forma a prevenir a separação de crianças e adolescentes de seu núcleo familiar de origem.

36. O trabalho social no território constitui uma diretriz central da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), orientando a atuação técnica nas unidades públicas da rede socioassistencial. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta sobre o trabalho social no território:

- a) O trabalho social no território prioriza ações pontuais e individualizadas, desvinculadas da realidade local, para garantir maior agilidade nos atendimentos.
- b) A lógica territorial tem como objetivo padronizar as respostas às demandas, independentemente das particularidades de cada localidade.
- c) O trabalho social no território considera a realidade vivida pelos sujeitos, articulando recursos e serviços a partir das especificidades locais e da participação social.
- d) A atuação nos territórios deve restringir-se à área de abrangência do CRAS, sendo vedada qualquer articulação com serviços de outros setores.
- e) O planejamento das ações territoriais deve ocorrer de forma centralizada, cabendo exclusivamente à gestão municipal definir prioridades de intervenção.

37. O uso abusivo de álcool e outras drogas é um fenômeno complexo, atravessado por dimensões culturais, sociais e psicossociais. As políticas públicas de atenção a pessoas que fazem uso problemático de substâncias demandam atuação intersetorial, considerando a singularidade de cada contexto. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) As práticas de cuidado voltadas a usuários de drogas devem priorizar a internação involuntária, como estratégia de enfrentamento à dependência.
- b) A abordagem psicossocial reconhece o uso de substâncias como uma expressão multifacetada, influenciada por fatores sociais, econômicos, culturais e subjetivos.

- c) A dependência química é exclusivamente uma questão médica, sendo desnecessária a atuação de equipes multiprofissionais no acompanhamento dos usuários.
- d) A cultura popular não interfere nos padrões de consumo de substâncias, já que o uso abusivo é resultado apenas de predisposições genéticas.
- e) As ações de prevenção devem ser concentradas na repressão ao tráfico, não sendo papel da política social tratar o usuário como sujeito de direitos.

38. O planejamento e a avaliação são processos fundamentais na gestão de políticas públicas, contribuindo para a efetividade das ações sociais. No âmbito do Serviço Social, essas práticas exigem leitura crítica da realidade, articulação com sujeitos sociais e compromisso com a transformação das condições de vida da população. Com base nesse entendimento, assinale a alternativa correta:

- a) O planejamento social deve considerar a participação dos usuários e a análise da realidade local como elementos centrais na definição de objetivos e estratégias.
- b) A avaliação de programas sociais deve restringir-se aos resultados quantitativos, uma vez que indicadores qualitativos são subjetivos e pouco úteis.
- c) O projeto social é um instrumento exclusivamente técnico, sem necessidade de alinhamento com diretrizes políticas ou sociais.
- d) O plano social deve ser elaborado de forma centralizada, priorizando os interesses da gestão em detrimento da participação popular.
- e) A execução de programas sociais dispensa o monitoramento contínuo, já que os impactos só podem ser medidos após sua conclusão.

39. Com base na Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa que expressa corretamente um dos princípios que orientam a atuação estatal frente à população idosa:

- a) O atendimento à pessoa idosa deve priorizar ações de caráter compensatório, com base na incapacidade produtiva do idoso.
- b) A proteção social à pessoa idosa deve ser restrita à assistência institucional, como forma de garantir sua segurança.
- c) A efetivação dos direitos da pessoa idosa deve ocorrer por meio da responsabilização exclusiva da família.
- d) A garantia do envelhecimento digno, com autonomia, participação e acesso às políticas públicas, é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.
- e) A inserção da pessoa idosa em programas sociais deve observar critérios de produtividade e renda, conforme avaliação pericial.

40. A exclusão social é um fenômeno complexo, que envolve a negação de direitos, a desigualdade no acesso às políticas públicas e a marginalização de grupos sociais historicamente vulnerabilizados. No contexto das políticas sociais e da atuação profissional do assistente social, assinale a alternativa correta:

- a) A exclusão social deve ser entendida apenas como consequência da falta de esforço individual dos sujeitos em buscar sua autonomia econômica.
- b) As políticas públicas de combate à exclusão devem focar exclusivamente em estratégias de controle e vigilância dos territórios com alta vulnerabilidade.
- c) A superação da exclusão social pode ser plenamente alcançada por meio de ações pontuais de doação e filantropia.
- d) O fenômeno da exclusão social atinge unicamente a população em situação de rua, não se aplicando a outras expressões da desigualdade.
- e) A exclusão social está relacionada à violação de direitos fundamentais, exigindo políticas públicas articuladas e o fortalecimento da participação social como estratégias de enfrentamento.

